

É com profunda mágoa que vou dizer as seguintes palavras.

Desde há vários meses que na direção há divergência de opiniões acerca de qual deve ser o papel da Direção e do Diretor/a Executivo/a independentemente de quem sejam os intervenientes; divergência no seio da qual me encontro. Isto tem motivado tensões que resultaram na sugestão da presidente para que eu me demitisse da vice-presidência porque estou sempre contra tudo. Não o fiz porque isso seria aceitar que estou contra tudo e isso não é verdade (ver as atas).

A título de exemplo refiro o facto de eu, ainda hoje, não saber quem decidiu a nossa participação na criação da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR). Não houve decisão da direção sobre a participação da AIP na PAR mas houve decisão da direção para sairmos da PAR (ver atas).

Penso que numa organização como a nossa deve imperar a tolerância face a diferentes opiniões.

Mais recentemente, na reunião de 7 de Fevereiro, votei contra o documento “Descrição de funções” relativo ao processo de candidatura de um/a Diretor/a Executivo/a. Votei contra por me parecer que o documento define um quadro de funções que excedem os Estatutos da AIP e as Regras Fundamentais (Core Standards) e porque promovem um excessivo protagonismo do DE face à Direção e ao seu Presidente. Perante um facto que considero muito importante para a vida da AIP na reunião de 7 de Fevereiro fiz uma declaração de voto para esclarecer a minha posição já que não quero vincular-me a essa decisão. Tal declaração foi entendida como um ato hostil para com a direção. A minha declaração de voto foi impedida de constar na ata (ver ata de 28 de Fevereiro) e motivou que a presidente tenha colocado novamente a minha demissão de vice-presidente (ver ata de 28 de Fevereiro). Não aceitei demitir-me porque as diferentes opiniões não são razão para tal.

Segundo a Presidente o documento enquadra-se na evolução e atualização da AI. No entanto o documento excede largamente os Core Standards a que estamos obrigados.

Perante o facto da presidente dizer que estamos numa evolução da AI e por eu considerar que está em curso uma grande alteração do funcionamento da AIP sugeri por email aos membros da direção que os membros da AIP fossem ouvidos em Assembleia Geral. Isto porque estando em debate junto dos membros da AIP a Governança da AI (mundial) não estão em debate as profundas alterações em curso na AIP.

Nós não devemos ser como os partidos onde há disciplina de voto mas uma organização transparente. A direção deve ser coesa mas não precisa de esconder a diversidade de opiniões. Somos uns tantos que nos conhecemos não havendo necessidade de regras contra possíveis conspirações ou oposições desestabilizantes. Não sou oposição mas quero o direito de expressão.

Em meu entender as dificuldades por que passamos recentemente (com a Direção e a Equipa Executiva) resultaram do excessivo poder da Diretora Executiva e essa experiência deve levar-nos a ser cuidadosos agora.

Neste quadro, devido ao facto da ata de 28 de Fevereiro não explicar a minha posição vejo-me na necessidade de colocar o assunto na Assembleia Geral.

Lamento profundamente estes acontecimentos. Mas acredito que em tudo na vida há soluções exceto na morte. Mantenho a minha disponibilidades de lutar pelos direitos humanos como membro da direção e vice-presidente. Penso que é possível ultrapassar os desentendimentos.

O que acabo de dizer não explica tudo por necessidade de ser sintético.